



Processo nº : 10670.000345/00-06

Recurso nº : 122.132

Acórdão nº : 201-76.847

Recorrente : CERÂMICA UNIÃO LTDA.

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

#### PIS. RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. PRAZO.

A decadência do direito de pleitear a compensação/restituição é de 5 (cinco) anos, tendo como termo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado que retira a eficácia da lei declarada inconstitucional.

#### PIS. SEMESTRALIDADE. BASE DE CÁLCULO.

A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/1995, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CERÂMICA UNIÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2003.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques

Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, Roberto Velloso(Suplente), Antônio Carlos Atulim (Suplente), Sérgio Gomes Velloso e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 10670.000345/00-06

Recurso nº : 122.132

Acórdão nº : 201-76.847

Recorrente : CERÂMICA UNIÃO LTDA.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de pedido de restituição/compensação (fls. 01) da contribuição ao Programa de Integração Social – PIS que a interessada alega ter recolhido a maior que o devido referente ao período de apuração de 01/01/1989 a 28/02/1996.

O Delegado da Receita Federal em Montes Claros - MG, através da Decisão de fls. 80/84, indeferiu o referido pleito pela inexistência de direito creditório, inicialmente pela decadência do direito de restituição e posteriormente pelo fato de os alegados créditos da contribuinte não terem se confirmado, em relação aos pagamentos efetuados a partir dessa data.

Tempestivamente, a empresa apresentou sua manifestação de inconformidade contra a referida decisão às fls. 87/101, discorrendo, em síntese, ser a defesa apresentada "*contra a exigência do débito compensado e contra a decisão que indeferiu seu pleito de compensação*", devendo "*continuar suspensa a exigência do débito, até o julgamento final do pedido de compensação*", conforme exposto nas fls. 87/89. Aduz, ainda que a decisão ora contestada entendeu que a Lei Complementar nº 7/70 teria sido modificada por legislação hierárquica inferior, o que não pode ser aceito, sob pena de infringência às normas constitucionais que regem a matéria. Esclarece que a legislação ordinária, especialmente as Leis nºs 7.691/88, 7.799/89, 8.218/91 e 8.383/91, nada consignou em relação à base de cálculo definida pelo art. 6º, parágrafo único, da LC nº 7/70, ou seja, o faturamento do sexto mês anterior ao de ocorrência do fato gerador. Finaliza alegando que o direito de pleitear a compensação, nos casos de lançamentos homologados tacitamente, extingue-se após dez anos da ocorrência do fato gerador, tendo em vista os dois prazos sucessivos de cinco anos, para extinção do crédito tributário e para repetição do indébito.

A autoridade julgadora de primeira instância administrativa, através da Decisão de fls. 105/111 indeferiu a reclamação contra o indeferimento do pedido de compensação do PIS, resumindo seu entendimento nos termos da ementa de fls. 105, que se transcreve:

*"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Período de apuração: 01/01/1989 a 28/02/1996*

*Ementa: RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data de extinção do crédito tributário, assim entendido como o pagamento antecipado, nos casos de lançamento por homologação.*

*Contribuição para o PIS/Pasep*

*PRAZO DE RECOLHIMENTO PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. Incabível a alegação de existência de créditos contra a Fazenda Nacional com fulcro em interpretação de que, após a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88, a contribuição para o PIS deva ter como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior, sem quaisquer acréscimos.*

*Solicitação Indeferida.* *4501*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

**Processo nº : 10670.000345/00-06**

**Recurso nº : 122.132**

**Acórdão nº : 201-76.847**

A recorrente apresentou em 23/04/02 (fls. 112/125) recurso voluntário a este Conselho de Contribuintes, reafirmando e confirmado os pontos expostos na peça impugnatória.

É o relatório. *Joa*



Processo nº : 10670.000345/00-06  
Recurso nº : 122.132  
Acórdão nº : 201-76.847

**VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES**

No que pertine à questão preliminar quanto ao prazo decadencial para pleitear repetição/compensação de indébito, o *termo a quo* irá variar conforme a circunstância.

Entendo não haver decaído o direito de a Recorrente compensar o crédito, posto aplicar-se aos pedidos de compensação do PIS Faturamento, cobrados com base em lei declarada inconstitucional pelo STF, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 168 do CTN, tomando-se com o termo inicial a data da publicação da Resolução do Senado Federal nº 49, de 1995, conforme reiterada e predominantemente jurisprudência deste Conselho e dos nossos tribunais.

Assim, o direito subjetivo do contribuinte para postular a repetição de indébito pago com arrimo em norma declarada inconstitucional, nasceu a partir da publicação da Resolução nº 49, o que ocorreu em 10/10/95.

Destarte, tendo o contribuinte ingressado com seu pedido em 16/05/00, não identifico óbice a que seu pedido de compensação/restituição seja apreciado, como a seguir analisado.

Em variadas oportunidades manifestei-me no sentido da forma do cálculo que sustenta a decisão recorrida, entendendo, em *ultima ratio*, ser impossível dissociar-se base de cálculo e fato gerador.

Entretanto o Superior Tribunal de Justiça, através de sua Primeira Seção, veio tornar pacífico o entendimento postulado pela recorrente, consoante se depreende da ementa a seguir transcrita:

**"TRIBUTÁRIO – PIS – SEMESTRALIDADE – BASE DE CÁLCULO – CORREÇÃO MONETÁRIA.**

*O PIS semestral, estabelecido na LC 07/70, diferentemente do PIS REPIQUE – art. 3º, letra "a" da mesma lei – tem como fato gerador o faturamento mensal.*

*Em benefício do contribuinte, estabeleceu o legislador como base de cálculo, entendendo-se como tal a base numérica sobre a qual incide a alíquota do tributo, o faturamento, de seis meses anteriores à ocorrência do fato gerador – art. 6º, parágrafo único da LC 07/70.*

*A incidência da correção monetária, segundo posição jurisprudencial, só pode ser calculada a partir do fato gerador.*

*Corrigir-se a base de cálculo do PIS é prática que não se alinha à previsão da lei e à posição da jurisprudência.*

*Recurso Especial improvido."*

Portanto, até a edição da MP nº 1.212/95, é de ser dado provimento ao recurso para que os cálculos sejam efetuados considerando como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, tendo como prazo de recolhimento aquele da lei (Leis nºs 7.691/88, 8.019/90, 8.218/91, 8.383/91, 8.850/94, 9.069/95 e MP nº 812/94) do momento da ocorrência do fato gerador. *fml*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10670.000345/00-06

Recurso nº : 122.132

Acórdão nº : 201-76.847

E a IN SRF nº 006, de 19 de janeiro de 2000, no parágrafo único do art. 1º, com base no decidido julgamento do Recurso Extraordinário nº 232.896-3-PA, aduz que “aos fatos geradores ocorridos no período compreendido entre 1º de outubro de 1995 e 29 de fevereiro de 1996 aplica-se o disposto na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e nº 8, de 3 de dezembro de 1970”.

Diante do exposto, voto pelo provimento do recurso para admitir a possibilidade de haver valores a serem compensados, em face da existência da Contribuição ao PIS, a ser calculada mediante regras estabelecidas na Lei Complementar nº 7/70 e, portanto, considerando como base de cálculo do PIS, para os períodos ocorridos até, inclusive, fevereiro de 1996, o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, sem correção monetária.

Reconheço, finalmente, à Recorrente o direito à compensação de créditos de PIS pagos a maior serem acrescidos da atualização monetária e juros calculados segundo a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08/97.

Fica resguardada a SRF a averiguação da liquidez e certeza dos créditos e débitos compensáveis postulados pelo contribuinte, devendo fiscalizar o encontro de contas, e providenciando, se necessário, a cobrança de eventual saldo devedor.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2003.

*Josefa Maria de Marques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES